PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. JONAS DONIZETTE)

Acrescenta art. 937-A à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 — Código de Processo Civil, para assegurar que a sustentação oral por advogado seja realizada em tempo real, seja de forma presencial ou por meio de videoconferência, nas sessões de julgamento eletrônico no Poder Judiciário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 937-A:

Art. 937-A. Na hipótese de sessão de julgamento eletrônico ocorrida em ambiente virtual de forma assíncrona, fica assegurado aos advogados e demais habilitados nos autos, em cabendo sustentação oral, a sua apresentação em tempo real, seja de forma presencial ou por meio de videoconferência.

Parágrafo único. A parte poderá peticionar previamente para a apresentação da sustentação oral por vídeo gravado.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Busca o presente projeto de lei acrescentar art. 937-A à Lei nº 13. 105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, para assegurar que a sustentação oral por advogado seja realizada em tempo real, seja de forma presencial ou por meio de videoconferência, nas sessões de julgamento eletrônico no Poder Judiciário.





Apresentação: 06/08/2025 09:33:15.120 - Mesa

Sua motivação vem da Resolução nº 591/2024, aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece o julgamento eletrônico como regra geral no Poder Judiciário.

A norma, que estava prevista para entrar em vigor em 3 de fevereiro de 2025, autoriza os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais a adotarem sessões virtuais de forma assíncrona, nas quais a sustentação oral deverá ser gravada e entregue previamente pelo advogado. .

É nosso entendimento que o texto da resolução representa uma grave violação das prerrogativas da advocacia, ao tolher o direito fundamental de advogados e advogadas de sustentar oralmente, bem como de de levantar questões de ordem durante sessões as julgamento.

Inclusive, na abertura dos trabalhos do ano Judiciário, o presidente do Conselho Federal da OAB, Beto Simonetti, aproveitou sua oportunidade de discurso para defender o movimento nacional em defesa da sustentação oral. No plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), Simonetti afirmou:

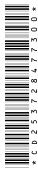
> "O direito à palavra é instrumento indispensável no exercício da defesa plena. A palavra dita é complementar ao escrito. E sem constrangimento, respeitando quem pensa o contrário, vídeo gravado não é sustentação oral".1

em nosso entendimento, metodologia Assim. а nova apresentada viola os princípios constitucionais da ampla defesa e do devido garantias fundamentais previstas processo legal, na nossa Carta Constitucional.

Então, para dirimir definitivamente a controvérsia sobre o tema, apresentamos o presente projeto de lei, contando com o apoio de nossos Pares para a sua aprovação.

https://www.correiobraziliense.com.br/direito-e-justica/2025/02/7053676-oab-mantem-campanha-contradefesa-gravada.html, consultado em 14.2.2024.





Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado JONAS DONIZETTE

2024-18402

